



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de Juiz De Fora / 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias Municipais da Comarca de Juiz de Fora

Rua Marechal Deodoro, 662, Fórum Benjamim Colucci, Centro, Juiz De Fora - MG - CEP: 36015-460

PROCESSO Nº: 5039594-75.2025.8.13.0145

CLASSE: [CÍVEL] MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL (120)

ASSUNTO: [Adjudicação]

AUTOR: NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
CPF: 75.014.167/0001-00

RÉU: Bárbara Medeiros Cocate CPF: não informado e outros

DECISÃO

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por Nunesfarma Produtos Farmacêuticos Ltda contra suposto ato coator praticado pela Agente de Contratação no Pregão Eletrônico e o Subsecretário de Licitações e Compras (SELICON) consistente na adjudicação da proposta apresentada pela empresa Eremix Indústria de Alimentos Especiais Ltda no âmbito do Pregão Eletrônico nº 152/2024, especificamente em relação ao item 13, cujo objeto é a aquisição de fórmula nutricional destinada a pacientes diabéticos. A impetrante alega que o edital do certame e resposta oficial a pedido de esclarecimento determinaram expressamente que o produto a ser adquirido deveria possuir registro na ANVISA. Contudo, a proposta vencedora, apresentada pela litisconsorte foi aceita sem esse registro, tendo o recurso administrativo da impetrante sido indeferido sob a justificativa de que não havia tal exigência.

Requer em liminar a suspensão do Pregão Eletrônico nº 152/2024 no que tange ao item 13, tornando sem efeito a adjudicação da proposta apresentada pela litisconsorte Eremix Indústria de Alimentos Especiais Ltda, bem como que seja autorizado o fornecimento provisório da dieta pela impetrante pelo mesmo preço unitário já cotado, até o julgamento definitivo.

É o breve relatório. Decido.



Nos termos do art. 7º, III, da Lei nº 12.016/2009, a concessão de liminar em mandado de segurança exige fundamento relevante e a demonstração de que o ato impugnado poderá resultar na ineficácia da medida caso deferida apenas ao final.

No caso em análise, verifica-se, em cognição sumária, que o edital do Pregão Eletrônico nº 152/2024, bem como manifestação formal da Administração em resposta a pedido de esclarecimento, exigiram que o produto licitado possuísse registro sanitário junto à ANVISA, diante de sua destinação a pacientes enfermos.

Entretanto, no julgamento do recurso administrativo apresentado pela impetrante, a autoridade coatora alterou essa interpretação e passou a sustentar a desnecessidade de registro, permitindo a adjudicação de produto que não atende às especificações editalícias, em manifesta contradição com os critérios previamente estabelecidos. Tal conduta evidencia, em análise preliminar, violação aos princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório e segurança jurídica, revelando-se suficiente para caracterizar o *fumus boni iuris*.

Além disso, o *periculum in mora* é evidente, pois o procedimento licitatório encontra-se adjudicado e em vias de homologação, sendo iminente a assinatura de contrato e o início do fornecimento do produto, o que poderá gerar execução de contrato irregular e distribuição de insumo sem registro sanitário, com risco à saúde dos pacientes atendidos pela rede pública.

A irreversibilidade da medida, caso não deferida neste momento, é patente, pois eventual decisão de mérito poderá se tornar inócua diante da consumação da contratação e da utilização dos produtos. Diante desse contexto, entendo preenchidos os requisitos legais para a suspensão do Pregão Eletrônico nº 152/2024.

No tocante ao pedido para que o Município seja autorizado a requisitar provisoriamente o fornecimento do produto Nesh Pentasure SR® pela própria empresa impetrante, entendo que a medida não deve ser deferida neste momento. Embora o direito à saúde seja constitucionalmente assegurado pelo art. 196 da CRFB/88, inexistente nos autos prova suficiente de que a suspensão do certame causará desabastecimento imediato, tampouco há informações concretas sobre o estoque disponível no Município ou sobre eventual urgência na entrega.

A adoção da medida pleiteada, em caráter substitutivo à licitação, sem esses elementos, configuraria ingerência prematura na esfera administrativa e poderia gerar impactos financeiros desnecessários ao erário, além de extrapolar os limites do controle judicial em sede de mandado de segurança, cujo escopo é a tutela de direito líquido e certo.

Assim, o pedido do item “b” da petição inicial deve ser INDEFERIDO, sem prejuízo de reavaliação caso sobrevenham dados que demonstrem risco concreto de interrupção do fornecimento do insumo essencial à população.

Assim, DEFIRO o pedido liminar para suspender o Pregão Eletrônico nº 152/2024, especificamente quanto ao item 13, tornando sem efeito a adjudicação em favor da litisconsorte Eremix Indústria de Alimentos Especiais Ltda, bem como para proibir a homologação do referido item e a assinatura de eventual contrato, ou, se já firmado, vedar o fornecimento do produto até decisão final deste *mandamus*.

Deixo de fixar multa, uma vez que além de não haver indícios de que o impetrado descumprirá a liminar, existem outras medidas coercitivas a serem aplicadas que causam



menos prejuízos ao erário.

Notifiquem-se com urgência as autoridades coatoras para que no prazo de 10 dias prestem informações e cite-se a empresa interessada, Eremix Indústria de Alimentos Especiais Ltda.

Cientifique-se o órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, para que, querendo, ingresse no feito.

Prestadas as informações, vista ao Ministério Público.

Intimem-se com urgência sobre o deferimento da liminar.

Juiz De Fora, data da assinatura eletrônica.

MARCELO ALEXANDRE DO VALLE THOMAZ

Juiz(íza) de Direito

2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias Municipais da Comarca de Juiz de Fora

